

Sarney exige que se cumpra a Carta

"Serei o maior servidor do novo texto", afirmou o Presidente

Em seu pronunciamento, que durou cerca de 14 minutos e 58 segundos, feito hoje entre às 19h47 e às 20h03, em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente José Sarney afirmou que "a Constituição não deve ser mais discutida", depois de saudar a Assembleia Nacional Constituinte e elogiar o deputado Ulysses Guimarães. Sarney prometeu que será o maior servidor do novo texto constitucional, que vai ser promulgado nesta quarta-feira, mas argumentou que não dará o direito de ninguém censurá-lo, porque ninguém é mais democrático no Brasil como ele. No final da fala, que vai ser repetida às 12h40 desta quarta-feira, o Presidente pregou a união de todos os brasileiros na defesa da moderna democracia brasileira, implantada com a nova ordem constitucional.

O presidente Sarney explicou as críticas que fez à Constituinte durante a fase de elaboração do texto, argumentando que sempre agiu com espírito público, não ensinando mas praticando a demo-

cracia, através da tolerância, com o seu estilo de conviver com a discordância, com humildade, compreensão, renúncia e sacrifício, perdão e anistia: "Eu dei o verdadeiro espírito cristão de saber conviver e respeitar ao próximo. Dei o melhor de minha vida". Ele lembrou que convocou a Constituinte e que deu plenas liberdades dela trabalhar em paz e liberdade. No seu entender foi a Constituinte mais livre do Brasil, porque trabalhou sem "peias e sem interferências".

As medidas tomadas recentemente para regulamentar o novo texto Constitucional foram justificadas pelo presidente Sarney, para que a nova Federação chegasse dentro da paz, da democracia e da liberdade. Já que a nova Constituição traz novas responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios, O Congresso Nacional vai ser co-participante do Governo, como manda a nova ordem constitucional, comentou, para observar que sempre defendeu o fortalecimento do Poder Legislativo, assim como as con-

quisas sociais, e emendou: "Divisão de responsabilidade é a linha mestra da nova Federação".

O presidente Sarney fez questão de lembrar que o mandato de quatro anos que era defendido por várias correntes da Constituinte colocava em risco o processo democrático. Com a promulgação da nova Constituição, Sarney considera que "tempestade passou, está passando", o País está com a vitória ao alcance da mão, porque a nova Carta Magna está pronta, concluiu o processo de transição, e com altos índices de crescimento econômico. Outro ponto de destaque enfatizado por Sarney foi a renegociação da dívida externa. Para Sarney falta somente resolver o problema da inflação e equilibrar as finanças do País, e garantiu que vai deixar o Governo em ordem para o seu sucessor.

— É desejo que a nova Constituição assegure ao Brasil anos de paz, de avanços, de prosperidade, de compreensão e senso de dever — foram os votos de Sarney.



Sarney: não é mais hora de se discutir, mas cumprir

O que disse o Presidente

Brasileiras e Brasileiros

Amanhã é uma data histórica para nosso País. Será promulgada a nova Constituição brasileira. E a consagração do estado de direito, implantado com antecedência desde 1965, no meu Governo. Compromisso de todos nós com o Brasil. Estado de direito, das leis. E não dos homens e nem da força, na velha e clássica definição. Compromisso que honrei.

Convoquei a Constituinte, delinhi plenas condições de trabalhar em paz e liberdade. Foi a Constituinte mais livre do Brasil, sem peias e sem interferências. Dedihei-me com todas as forças, na garantia do processo de transição.

A Constituição nasce com um País em paz. Sem prontidão militar, repressão ou sombras institucionais. As instituições consolidaram-se. Mas cumprimos um longo caminho. Não seguro e rápido que muitos não tomaram conhecimento de sua grandeza e profundidade. Vamos recordar:

- restabelecimento das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, em todos os níveis e em todo o País;
- legalização dos partidos clandestinos. Acabamos com a segregação ideológica e a discriminação;
- liberdade dos sindicatos;
- restabelecimento da independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;
- suspensão de todas as intervenções nas organizações sindicais;
- fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política dos Estados e Municípios;
- reforma da legislação eleitoral, facilitando a criação de novos partidos, democratizando a militância política;
- acesso dos candidatos e partidos ao rádio e televisão;
- eleições para as capitais e municípios de segurança nacional em novembro de 85;
- eleições para deputados, senadores, governadores, assembleias legislativas em novembro de 88;
- e agora estamos em plena campanha com absoluta liberdade e tranquilidade para as eleições municipais em todo o Brasil;
- assinatura da convenção contra a tortura e penas cruéis nas Nações Unidas.

E tantas medidas democráticas que fizeram o País voltar à normalidade institucional.

Tive tolerância, paciência, humildade. Não preguei a democracia, pratiquei com meu exemplo. Minha missão maior, sempre acreditei, era a transição democrática. Mas não me limitei a esse ângulo apenas. Enfrentei os problemas do País. Esiocei-me, lutei, sofri.

Herdei a maior dívida do mundo, todos sabem, um País em recessão, com alta taxa de desemprego, salários baixos e com grandes perdas acumuladas. Herdei um ministério.

Para debelar a inflação — que é o grande mal e que não é só nosso, é do mundo inteiro, que penaliza e destrói os mais pobres, os assalariados, tentei várias medidas buscando acertar.

Ouvi economistas — os maiores do País — tomei as medidas mais duras, tive lutas com o setor internacional. E tivemos êxitos e tivemos fracassos.

Porque implantou-se no País, e eu considero, orquestradamente, a disseminação do pessimismo, a filosofia do tudo está perdido, a filosofia do desânimo.

Para ajudar o Brasil? Isso ajuda o Brasil? Não acredito. Acredito que ela tenha a intenção, teve a intenção, ao ser divulgada, da mudança do poder. O poder pelo poder. Espalhou-se que só um mandato de quatro anos resolveria o problema. Resistiu. Não por mim. Mas pelo Brasil.

Eu sabia, e sei, que se permitíssemos que as coisas tomassem esse caminho, o processo democrático estaria gravemente comprometido. A transição, ameaçada.

Agora, quero dizer ao povo brasileiro que considero que a tempestade passou, está passando. Estamos com a vitória ao alcance das nossas mãos. Mãos que devem estar unidas. Vejamos: a Constituição está feita. Chegamos ao fim do processo de transição. O Brasil está com índices de crescimento altos. Nestes 3 anos crescemos 30%. O maior crescimento da América Latina. E um dos maiores do mundo. A renda per capita subiu 12,4%.

Quando assumi, o tema era recuperar os salários em 4 anos. No segundo ano já tínhamos recuperado as perdas. O desemprego está em apenas 3,8%. As safras agrícolas são as maiores de nossa história.

A nossa exportação vai chegar ao fim do ano a 33 bilhões de dólares.

A nossa balança produz saldos comerciais de em média 1,5 bilhão de dólares ao mês.

Solucionamos os acordos da dívida externa.

Nossa situação financeira internacional está regularizada.

Estamos pagando menos em prazos maiores.

Quando assumi, o salário mínimo em 15 de março de 85 era de 40 dólares e 23 centavos. Hoje é de 65 dólares. Sei que é pouco. Mas tenho feito a política do aumento real do salário mínimo, de modo a dobrá-lo durante o período do meu governo.

Olhei os mais pobres. Programas sociais alcançaram milhões de brasileiros, antes esquecidos.

Resta resolver um grave problema da inflação.

Mas eu acredito: Vamos vencê-la. Ninguém se engane! Vamos chegar ao fim do governo com a inflação domada. Deixarei o Brasil em ordem. As finanças restauradas, para que o meu sucessor não tenha que administrar os problemas dramáticos que tive. Saudemos assim a Constituição como um passo à frente na nova Federação. Antes de ela existir, tomei todas as medidas institucionais, para que ela chegasse com o Brasil dentro da paz e da democracia e da liberdade que nós todos desejamos. Ela traz novas responsabilidades. Minhas e de todos. Da União, dos Estados e dos Municípios.

O Congresso será co-participante do Governo. Tere-mos de governar juntos, assim determina a Constituição. Sempre defendi um Congresso forte, deputado que fui durante 27 anos. E sempre defendi conquistas sociais. Divisão de responsabilidades é a linha mestra da nova Federação.

Os prefeitos são eleitos para resolver os problemas dos Municípios, os governadores para tratar dos problemas dos Estados e o Presidente com a função bem maior de tratar no conjunto dos problemas de todo o Brasil.

E fácil o prefeito dizer que o responsável é o governador, o governador dizer que é o Presidente. E o Presidente a quem vai cobrar? A ninguém pode reclamar.

Mas cada um de nós foi eleito para exercer as suas funções. Responsabilidade não se transfere.

A nova Constituição dá uma nova estrutura a estas responsabilidades. Está nascendo a nova Federação, do Governo Federal, do Estadual, do Municipal. Cada um com sua atribuição delimitada.

Brasileiras e Brasileiros,

Exige-se que o Governo seja a salvação e o responsável por tudo.

Na Monarquia, era o Rei o guardião dos privilégios da nobreza.

Na República, alguns acham que o Presidente tem que ser o guardião das minorias privilegiadas.

E muito fácil dizer que o responsável por tudo é o Presidente.

Mas o Brasil caminha para resolver, encontrar soluções para seus graves problemas. O Brasil está no mundo.

E o que acontece com o mundo? Sempre administração de problemas.

Onde existe a falta de problemas? Onde existe o paraíso? Onde?

Em todo lugar há problemas e aqui temos problemas.

Brasileiras e Brasileiros,

Saudamos a Constituinte. Os constituintes que tiveram pertinácia e espírito público. O Dr. Ulysses Guimarães, essa figura histórica, simbólica, respaldada e credora da admiração do povo brasileiro, pelo que fez, pela sua obstinação patriótica.

A Constituição não deve mais ser discutida. Eu a critiquei, sempre com espírito público, na fase de elaboração.

Amanhã ela será lei. Ela é história. Serei o seu maior servidor. Eu a convoquei. Serei o primeiro a jurá-la. Lutarei pelo seu êxito. E não tenho que dar a ninguém o direito de me censurar. Porque ninguém mais democrata neste País do que eu. Não ensinei democracia, devo, repito, pratiquei. Trouxe paz ao País. Dei tolerância, um estilo de conviver com a discordância. Dei humildade, compreensão, renúncia, sacrifício, perdão, anistia. Eu dei o verdadeiro espírito cristão de saber conviver e respeitar ao próximo. Dei o melhor de minha vida.

E desejo que a nova Constituição assegure ao Brasil anos de paz, de avanços, de prosperidade, de compreensão e senso do dever.

Estejamos pois, brasileiras e brasileiros, todos, unidos, deputados, senadores, governadores, prefeitos, vereadores, povo. Presidente, para torná-la o grande instrumento da Federação, da moderna democracia brasileira fundada nestes novos tempos.

Muito obrigado e boa noite.

Um prolongado adeus ao velho decreto-lei

O rito do trabalho no Palácio do Planalto, especialmente na Consultoria Geral da República, foi frenético nos últimos dias, numa tentativa de driblar a Constituição, promulgada hoje, e que cassa grande parte das prerrogativas do Executivo, ao mesmo tempo em que as transfere ao Legislativo. E, em consequência deste trabalho, a Nação assistiu surpresa a uma avalanche de decretos do presidente Sarney, que a partir de hoje não mais poderá editá-los sem a aprovação do Congresso Nacional.

Um dos primeiros decretos baixados na enxurrada dos últimos dias foi o que substituiu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (SADEN), órgão autônomo, vinculado à Presidência da República. Na sexta-feira passada, outro decreto presidencial autorizou aumento de 120 por cento nos salários dos militares e vem provocando dúvida entre alguns parlamentares pelo fato de não atingir, também, o funcionalismo civil.

ULTIMO TREM

Aproveitando o embalo, alguns ministros pediram, e ganharam, autorização para contratar 1.260 funcionários, sem concurso público, e que serão distribuídos em diversos órgãos: SNI, Funabem, Pró-Memória, e entre outros mais, o IBGE, subordinado ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, apontado como o maior opositor destas contratações, mas que pediu seis mil funcionários para trabalharem no censo de 1990. Essas contratações, segundo as justificativas oficiais, limitam-se a preencher vagas decorrentes de aposentadorias, demissões e morte de servidores. O decreto de nomeação dos passageiros do último trem deverá sair no Diário Oficial de hoje, que começará a circular poucas horas antes da promulgação da nova Carta.

MARCOS HENRIQUE



Roriz, Santillo, Varela e Valadares: vizinhos e unidos

Goiás e DF mais próximos

Distrito Federal e Goiás deram, ontem, mais um passo para uma maior aproximação política. Os governadores Joaquim Roriz, do DF, e Henrique Santillo, de Goiás, participaram de um jantar de confraternização que marcou o início de um amplo debate dos problemas da região geoeconômica de Brasília. Devido ao seu crescente desenvolvimento, a capital do País divide com os municípios goianos vizinhos as preocupações com a situação política e social da população.

O encontro de ontem foi patrocinado pelo superintendente do CORREIO BRAZILIENSE e da TV Brasília, Edilson Cid Varela. Além dos dois governadores, estiveram presentes toda a bancada do DF e de Goiás na Assembleia Nacional Constituinte. Para Joaquim Roriz, a oportunidade de reunir várias tendências políticas deverá ser bem aproveitada, uma vez que Brasília e Goiás enfrentam problemas bastante semelhantes e que precisam ter suas soluções estudadas sempre

levando em consideração a situação das duas unidades federativas.

Para Roriz, existe uma necessidade muito grande de integração entre Brasília e Goiás, principalmente devido à proximidade e à convivência diária de suas populações. Na região do entorno de Brasília, a maioria da população trabalha e tem seus principais empregos no Distrito Federal.

SANTILLO

O governador de Goiás chegou cedo ao jantar oferecido pelo CORREIO na residência do diretor-geral da TV Brasília, Jailro Valadares. "Temos vários problemas comuns e este é um grande passo para começar a resolvê-los", afirmou bastante entusiasmado. Santillo ressaltou a importância da presença das duas bancadas, que compareceram completas ao jantar, dispostas a iniciar discussões que poderão levar a soluções de problemas comuns.

Ari Cunha

VISTO, LIDO E OUVIDO

Querem levar o País à situação de ridículo

Sem que ninguém lhe tenha solicitado, vem agora o sr. Francisco Lopes apresentar planos para que o País tenha uma nova moeda. Considerado por si próprio como "pai do cruzado", o sr. Lopes surge agora com outra idéia salvadora, qual seja a de se criar nova moeda, desta vez resuscitando o Real, que desapareceu em 1942. E com isto, pelo que ele explana, o País poderá ficar livre da inflação.

Já nos chega o ridículo a que nos levou o sr. Funaro, quando ministro da Fazenda. O Brasil inteiro apoiou sua idéia, defendeu-a nas ruas, nas escolas, nas fábricas. O resultado foi um desastre. Passados os tempos, como se o povo fosse anestesiado, surge o mesmo cidadão com outra proposta, salvando o País através da mudança do nome do nosso dinheiro.

Chega de alquimia em matemática. O que está sendo feito é reduzir o déficit público, com o nome de cruzado mesmo. Inflação é para quem gasta mais do que arrecada e não há outro meio de combatê-la, senão gastar menos e arrecadar mais. O resto é lero lero.

FOLHA — Uma pena, a discussão da Folha de S. Paulo com o IVC. Quem não tem circulação não se mete a lider. Depois disto, chegar à balxaria de insultos pessoais é uma lástima para um jornal que até estava crescendo em concreto, apesar de não aumentar a circulação. Enfim, é uma briga de ponta de areia, e o pior é que o jornal paulista confirma a razão do clique: O Globo pretende se instalar em S. Paulo.

XXX

ECOLOGIA — O ministro João Alves está preparando um pacote ecológico defendendo regiões atacadas no território nacional. Esta notícia poderá melhorar a posição do Brasil no Exterior, que é crítica, quanto aos ataques à ecologia.

XXX

GOLPE — O que muita gente temia que acontecesse no Brasil está acontecendo na União Soviética. Cansado da sabotagem de seus próprios ministros, Gorbachev resolveu dar um murro na mesa, aposentou uns, chutou outros para cima e ficou com a bola toda. Para quem defende democracia é um bom sinal.

XXX

LEI MAIOR — Minha geração vem de quatro constituições e ouço falar em carestia desde que um quilo de carne custava quatrocentos réis. Hoje, temos nova Constituição, desta vez bem mais amena para os poderosos e generosa para os trabalhadores.

Isto não reflete a situação do País, mas um desejo que os constituintes quiseram desenhado. Nem tudo vai ser possível seguir, mas todo brasileiro tem, a partir de hoje, a obrigação de defendê-la, seja pró ou contra seus interesses.

Afinal, ela foi votada pelos representantes do povo, por uma Assembleia que está custando os olhos da cara aos contribuintes. E o que está feito tem que ser aceito, porque para isto nós mandamos todo aquele povo para lá.

XXX

DIETÉTICOS — Há a informação de que está de foice no escuro a briga entre os ministérios da Agricultura e Saúde, em torno dos produtos dietéticos que serão produzidos no Brasil por multinacionais. Há quem exclua o patriotismo nas discussões, que estão se transformando em negociações.

XXX

MONARQUIA — Os serviços de inteligência de vários países estão detonando informações segundo as quais os atentados terroristas no Japão, contra a monarquia, procedem dos grupos que querem o rearmamento do país. São nações que querem vender armas a quem conta com uma das moedas mais fortes do globo.

Advogado quer saber o que SNI sabe dele

Porto Alegre — Na corrida para saber qual será o primeiro brasileiro a conseguir as informações seguras arquivadas no Serviço Nacional de Informações (SNI), o advogado Wilson Afonso Kopp dos Santos está bem posicionado. Sua advogada, Enelda Ferme Santos, já está com um requerimento pronto e dará entrada hoje no Supremo Tribunal Federal, invocando o novo direito do habeas-data. No pedido, a advogada solicita o encaminhamento ao STF lembrando as declarações do general Ivan de Souza Mendes. Ministro-chefe do SNI de que fornecerá "apenas informações que, a seu exclusivo critério, não sejam consideradas sigilosas".

Em consequência dessa restrição prévia e como Santos deseja obter "todas as informações eventualmente registradas naquela entidade governamental quanto a sua pessoa", a advogada pede que o STF determine que o SNI forneça as informações integrais. Com esses dados, Santos pretende fornecer a ação ordinária que move contra a União, visando a reparação de danos por ter sido sumariamente demitido do Banco do Brasil, em 1964. "Não se trata de mera curiosidade, que já seria justificável, mas de legítimo interesse para fazer prova cabal da origem do ato de sua demissão", explica a advogada.

OAB não vê garantia de direitos humanos

GUSTAVO KRIEGER Correspondente

Porto Alegre — "A Constituição não deve trazer grandes mudanças na área dos direitos humanos. Eles continuarão a ser respeitados apenas para a minoria da população que tem posses e é de raça branca". A dura constatação foi feita ontem pelo jurista Fábio Konder Comparato, palestrante da XII Conferência Nacional da OAB, em Porto Alegre. Comparato e o outro palestrante, professor Herman Baeta, advertiram que a simples promulgação da nova Constituição não garante o respeito aos direitos humanos no Brasil, embora o seu texto traga alguns avanços e garantias neste sentido.

Segundo os dois juristas as transformações dependem do processo político e econômico do País. Dizendo que a "desigualdade social no Brasil é tão grande que se tornou imune ao direito", o professor Comparato afirmou que sem igualdade social não se pode falar em direitos humanos. Da mesma forma, Baeta, embora reconheça os avanços teóricos contidos no texto ressaltou que "não há como pensar em respeito aos direitos humanos em um País cheio de desigualdades sociais como o Brasil".

Ao contrário da maioria dos juristas presentes à conferência, Comparato fez uma avaliação crítica muito dura da nova Constituição, que considera "mal-ambrada" pela falta de unidade e coerência. Para ele, o destino da Carta que será promulgada hoje oscila entre durar pouco tempo ou ser desobedecida de modo geral. Herman Baeta, ex-presidente do Conselho Nacional da OAB, também se confessou temeroso de que "muita coisa da nova Carta vá ficar no papel" e não se que a sociedade se mobilize para exigir seus direitos e advertiu que, "se esperarmos que os direitos nos sejam concedidos eles ficarão apenas na letra da lei".

Ulysses adia entrega de medalhas

As medalhas comemorativas da Assembleia Nacional Constituinte serão entregues aos constituintes em data ainda a ser definida. A decisão foi tomada ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, encerrando a polêmica criada em torno da destinação das medalhas que pelo projeto original seriam dadas também aos chefes dos três poderes e a personalidades indicadas pela Mesa Diretora.

Quatro exemplares da Constituição foram editados em papel artesanal, com chapas em pergamino e uma lâmina lateral entalhada em pau-brasil. A composição das edições especiais foi realizada em tipos de chumbo e impressão manual, folha por folha, obedecendo as regras do processo gráfico primitivo. As informações sobre as homenagens de hoje estão na primeira página do caderno especial sobre a nova Constituição.



Ulysses